

GranEnergia
Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da GranEnergia Investimentos S.A.

Macaé – Rio de Janeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GranEnergia Investimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GranEnergia Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Vejam as Notas 1 e 17 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Como a auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado às notas explicativas 1 e 17, a Companhia percebeu um incremento em seu portfólio de atendimento e prestação de serviços para embarcações *offshore*.

As receitas da Companhia são oriundas dessas prestações de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços devidamente prestados até a data do balanço, para as quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecido, considerando a entrega da obrigação de performance com base na prestação do serviço já faturado e também aqueles prestados mas ainda não faturados. Devido à relevância da transação, por conta do aumento de embarcações entre os anos de 2024 e 2025, incluindo a mensuração das receitas não faturadas, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Entendimento dos processos e dos controles internos da Companhia referente ao reconhecimento da receita de prestação de serviços para as embarcações;
- (ii) Revisão e análise técnica dos novos contratos com clientes;
- (iii) Avaliação sobre a precisão e a existência da receita por meio da inspeção de uma amostra de boletins de medição, notas fiscais e recebimentos bancários associados à receita contábil reconhecida;
- (iv) Avaliação da existência e adequação de lançamentos contábeis não esperados associados à receita de vendas; e
- (v) Avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receita de vendas do exercício e respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Walter Malvar

Contador CRC RJ 117037/O-0

GranEnergia Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	28.817	33.507	Empréstimos	11	69.547	28.364
Contas a receber de terceiros	6	4.770	28.654	Fornecedores	12	51.661	13.782
Contas a receber de partes relacionadas	7	129.446	32.761	Contas a pagar com partes relacionadas	7	90.024	246.898
Empréstimos concedidos a terceiros		3.330	3.361	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	2.846	348
Imposto de renda, contribuição social a recuperar	8	16.776	3.755	Obrigações tributárias	14	15.602	9.949
Outros impostos a recuperar	9	4.146	1.910	Salários e encargos sociais a pagar		7.224	5.543
Outros créditos		5.537	1.170	Arrendamento		82	477
Total do ativo circulante		192.822	105.118	Total do passivo circulante		236.986	305.361
Não circulante				Não circulante			
Empréstimos concedidos a terceiros		3.330	2.461	Fornecedores		2.225	-
Aplicação financeira	10	19.108	-	Empréstimos	11	54.669	5.728
Mútuo com partes relacionadas	7	487.305	330.969	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	17.333	10.735
Depósitos judiciais		724	725	Obrigações tributárias	14	55.729	55.053
Direito de uso		492	756	Provisão para contingências	15	562	-
Imobilizado		252	122	Mútuo com partes relacionadas	7	124.516	37.677
Outros créditos		-	184	Arrendamento		-	76
Total do ativo não circulante		511.211	335.217	Total do passivo não circulante		255.034	109.269
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		704.033	440.335		16		
				Capital social		235.659	87.288
				Prejuízo acumulado		(23.646)	(61.583)
				Total do patrimônio líquido		212.013	25.705
				Total do passivo e patrimônio líquido		704.033	440.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	17	230.430	97.120
Custo dos serviços prestados	18	<u>(150.324)</u>	<u>(84.940)</u>
Lucro bruto		<u>80.106</u>	<u>12.180</u>
Receita (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(24.012)	(10.453)
Outros resultados		<u>83</u>	<u>-</u>
		<u>(23.929)</u>	<u>(10.453)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		<u>56.177</u>	<u>1.727</u>
Resultado financeiro líquido			
Despesa financeira		(45.954)	(31.808)
Receita financeira		<u>31.093</u>	<u>6.212</u>
	20	<u>(14.861)</u>	<u>(25.596)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		<u>(3.379)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>37.937</u>	<u>(23.869)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	37.937	(23.869)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>37.937</u>	<u>(23.869)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		87.288	(37.714)	49.574
Prejuízo do exercício		-	(23.869)	(23.869)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		87.288	(61.583)	25.705
Aumento de capital	16	148.371	-	148.371
Lucro do exercício		-	37.937	37.937
Saldos em 31 de dezembro de 2025		235.659	(23.646)	212.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		37.937	(23.869)
Ajustes ao lucro do exercício:			
Depreciação e amortização		38	20
Juros de empréstimos tomados	11	3.124	509
Juros de empréstimos concedidos		(838)	-
Constituição de provisão para contingências	15	562	-
Direito de uso de equipamentos de TI		(207)	(203)
Variação cambial não realizada		(4.497)	15.127
		<u>36.119</u>	<u>(8.416)</u>
Varição em:			
Contas a receber de terceiros		23.884	(28.610)
Contas a receber de parte relacionadas		(96.995)	(30.621)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(13.021)	(946)
Outros impostos a recuperar		(2.236)	(1.105)
Outros créditos		(4.367)	(715)
Depósitos judiciais		1	(82)
Outros créditos		184	-
Fornecedores		40.104	12.952
Contas a pagar com partes relacionadas		(15.133)	33.837
Salários e encargos a pagar		1.681	6.187
Imposto de renda, contribuição social a pagar		9.096	1.119
Obrigações tributárias		6.329	9.573
		<u>(50.473)</u>	<u>1.589</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(14.354)</u>	<u>(6.827)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Mútuos concedidos para partes relacionadas		(191.327)	(165.458)
Recebimento de mútuos concedidos para partes relacionadas		46.950	8.587
Aplicações financeiras		(19.108)	-
Aquisição de ativo imobilizado		(168)	(66)
		<u>(163.653)</u>	<u>(156.937)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(163.653)</u>	<u>(156.937)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos	11	140.175	35.163
Pagamento principal sobre empréstimos	11	(50.571)	(2.314)
Juros pagos	11	(3.126)	(552)
Mútuos tomados com partes relacionadas		100.764	183.767
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		(13.925)	(18.847)
		<u>173.317</u>	<u>197.217</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>173.317</u>	<u>197.217</u>
Aumento / (redução) líquido nas disponibilidades		<u>(4.690)</u>	<u>33.453</u>
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício		28.817	33.507
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício		33.507	54
		<u>(4.690)</u>	<u>33.453</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A GranEnergia Investimentos S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Estrada Hildebrando Alves Barbosa, S/N, parte KM ST S.J. e Itaparica - CEP: 27.963-506, cidade de Macaé - RJ, constituída com o objetivo de investir em outras sociedades, realizar atividades de gerenciamento, planejamento e/ou execução de serviços relacionados à exploração de petróleo e gás em geral e atividades de navegação de apoio e agenciamento marítimo.

Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia foi subcontratada pela Stratus Energy B.V. (“Stratus”) para prestar serviços de gestão e manutenção da embarcação CSS Venus I, com previsão atual de operação até junho de 2027.

Com o intuito de operar um contrato de uma unidade W2W junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em 01 de março de 2024 a Companhia e a Camorim Serviços Marítimos Ltda (“Camorim”) se juntaram e constituíram um consórcio de operação conjunta “joint operation”, denominado Consórcio GC Operações Marítimas (GC Operações), sendo 50% de participação da Companhia e 50% da Camorim. Em 19 de abril de 2024 o consórcio assinou contrato de prestação de serviços para a operação da unidade Polaris para uma campanha de 730 dias com possibilidade de renovação, o contrato não prevê o afretamento da unidade. Em 05 de maio de 2026 houve assinatura do aditivo contratual estendendo o contrato por mais 730 dias.

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de afretamento e operação do navio Olympia junto a cliente Modec, o qual teve operação até 19 de agosto de 2025. Após o encerramento do contrato com a Modec, a embarcação Olympia passou a ser operada pela Stratus, com isso a Gran Energia passou a ser uma prestadora de serviço da Stratus.

Em 16 de maio de 2025, o Grupo assinou um acordo com a Petrobras para a prestação de serviços da embarcação Reliance I no Brasil por um período firme de 730 dias. O projeto teve início em 10 de novembro de 2025 e atualmente está programado para terminar em novembro de 2027. Para o contrato com a Petrobras, a Stratus Energy B.V é prestadora de serviços para a Reliance Shipping B.V, e a GranEnergia é prestadora de serviços para a Stratus.

A Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$ 212.013 (R\$ 25.075 em 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou lucro de R\$ 37.937 (prejuízo de R\$ 23.869 em 2024). O lucro de 2025 deve-se principalmente ao resultado operacional positivo vindo do contrato com a Modec e resultado positivo do Consórcio GC.

A Administração da Companhia, em seu plano de gestão de liquidez, conseguiu concretizar em anos anteriores a renegociação dos impostos em aberto junto a PGFN e também a realização dos ativos mantidos para venda. A GranEnergia também apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 44.164 (R\$ 200.243 em 2024) representando uma melhora de R\$ 156.079. A Administração afirma que o equilíbrio do capital circulante líquido estará restabelecido durante o exercício de 2026 com geração de fluxo de caixa operacional e realização de ativos com partes relacionadas.

Adicionalmente, o principal saldo a pagar registrado no passivo circulante é de R\$ 89.985 mil com a acionista Stratus e R\$ 124.555 mil com a parte relacionada Gran Energies S.A. (“Gran Energies”), que possui os mesmos acionistas finais da Companhia. Se necessário, em eventual necessidade de caixa da Companhia, a Stratus e a Gran Energies não irão efetuar a cobrança do saldo devedor, sendo assim, a Administração da Companhia conclui que não há incerteza material relacionada à continuidade operacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo aquelas indicadas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em 18 de maio de 2026 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras e o consequente envio à Assembleia Ordinária para aprovação dos acionistas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, premissas e julgamentos. As estimativas, julgamentos e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não houve informações sobre incertezas sobre premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 para todos os exercícios apresentados

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente.

a. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber com clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado ao preço da operação.

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou designado como tal reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de terceiros, contas a receber com partes relacionadas e empréstimos concedidos a terceiros. Estes são classificados como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, uma vez que o objetivo é receber fluxos de caixa contratuais nas datas estabelecidas.

Os passivos financeiros compreendem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas. Estes instrumentos são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

(ii) Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, devem refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento

remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

b. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vida do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Não houve perdas materiais estimadas pela Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo imobilizado.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidade geradora de caixa). O âmbito de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou indicativo de *impairment* para 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c. Receita operacional

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço, precedente para emissão de nota fiscal.

No caso da prestação de serviços para clientes terceiros, a obrigação de performance dos contratos é cumprida com a devida execução do serviço prestado, que é corroborado através dos boletins de medição (BM) obtidos de seus clientes.

d. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados contempla de forma geral todos os custos diretamente relacionados com a prestação de serviços, sendo compostos basicamente por gastos com afretamento e por mão de obra cuja composição são de custos com salários, benefícios e encargos dos profissionais diretamente relacionados com a prestação do serviço.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos

exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. *Arrendamentos*

O CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

(iii) *Definição de arrendamento*

No início do contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(iv) *Arrendamento em que a Companhia é arrendatária*

Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos com base em sua avaliação se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

Em 2025 e 2024, a Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O afretamento e seus aditivos da embarcação Olympia são arrendamentos inferiores a 12 meses e, portanto, de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O mesmo entendimento se dá ao afretamento da embarcação Polaris pela consorciada GC Operações.

g. Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, houve necessidade de constituição de provisões para as contingências.

h. Operação em conjunto (Joint operation)

Arranjos de negócios que não envolvem a criação de uma entidade separada, significa que as partes envolvidas compartilham diretamente os ativos e passivos relacionados à operação, sem a necessidade de formar uma nova entidade legal.

Em uma joint operation, as partes do arranjo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos do arranjo. Não há a criação de uma nova pessoa jurídica, e as partes reconhecem diretamente em seus próprios balanços patrimoniais sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas. A Companhia possui uma *joint operation*, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras

consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos (i)	12.507	6.140
Aplicação financeira (ii)	<u>16.310</u>	<u>27.367</u>
	<u>28.817</u>	<u>33.507</u>

- (i) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que são movimentados para pagamentos e recebimentos das operações da Companhia, além de aplicação financeira.
- (ii) A aplicação financeira CDB pós fixada a 100% do CDI, classificada em curto prazo, possui carência máxima de três meses da data da aplicação para o resgate e é utilizada na gestão das obrigações imediatas. Possui risco baixíssimo de deterioração do seu valor.

6 Contas a receber de terceiros

	2025	2024
Modec Serviços de Petróleo do Brasil	-	24.723
Camorim Serviços Marítimos S.A.	-	7
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	4.770	3.924
	4.770	3.924
	4.770	28.654

Cronograma dos recebíveis

A seguir estão apresentados os vencimentos dos recebíveis:

	2025	2024
A vencer	4.770	28.647
Vencido até um ano	-	2
Vencido acima de um ano	-	5
	4.770	28.654
	4.770	28.654

Adicionalmente, a exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados aos clientes é divulgada na Nota explicativa nº 22.

7 Partes relacionadas

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<i>Contas a receber</i>				
Stratus Energy B.V. (i)	129.446	-	32.761	-
	129.446	-	32.761	-
<i>Mútuo a receber</i>				
Stratus Energy B.V (ii)	476.721	-	-	-
GranInvestimentos S.A. (ii)	-	-	324.340	-
MTO Real Estate Participações EIRELI (iii)	3.449	-	1.003	-
GC Operações (iii)	-	-	448	-
Camorim (iv)	7.135	-	5.178	-
	487.305	-	330.969	-
<i>Contas a pagar</i>				
Stratus Energy B.V (v)	-	(89.985)	-	(246.898)
Gran Energies S.A.	-	(39)	-	-
	-	(90.024)	-	(246.898)
<i>Mútuo a pagar</i>				
Gran Energies S.A. (iii)	-	(124.516)	-	(36.781)
GC Operações (iii)	-	-	-	(896)
	-	(124.516)	-	(37.677)

- (i) Faturas de prestação de serviços de operação das embarcações Venus, Olympia e Reliance. O aumento do saldo deve-se principalmente ao faturamento de reembolso dos gastos para revitalização da embarcação Reliance comprada em 2025 pela acionista indireta GranCapital B.V.

- (ii) Em 2024 são valores referentes a mútuos da Companhia com sua parte relacionada, GranInvestimentos, para uso de capital de giro. Ao longo de 2025 novos mútuos foram realizados e, em 30 de dezembro de 2025, houve a cessão do recebível para a Stratus, sem incidência de juros, garantias e prazo de vencimento.
- (iii) Valores referentes a mútuos recebidos e pagos com suas partes relacionadas, para uso de capital de giro. Não há incidência de juros, garantias e o prazo de vencimento está estipulado em contrato.
- (iv) Saldo de 50% do mútuo entre o consórcio GC Operações e sua consorciada Camorim
- (v) Faturas de serviços tomados de afretamento onde não há incidência de juros e garantias.

Abaixo apresentamos a movimentação líquida das operações entre partes relacionadas:

	Contas a receber	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar
Saldo em 1º de janeiro de 2025	32.761	330.969	(246.898)	(37.677)
Serviços tomados	-	-	(95.105)	-
Pagamentos de serviços tomados	-	-	110.238	-
Serviços prestados	235.575	-	-	-
Recebimento de serviços prestados	(138.580)	-	-	-
Variação cambial não realizada	(310)	(1.640)	6.969	-
Integralização de capital social	-	-	148.371	-
Mútuos concedidos	-	191.327	-	-
Mútuos recebidos	-	(46.950)	-	-
Mútuos captados	-	-	-	(100.764)
Mútuos pagos	-	-	-	13.925
Cessões de débito/crédito para partes relacionadas	-	13.599	(13.599)	-
Movimentação líquida	96.685	156.336	156.874	(86.839)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	129.446	487.305	(90.024)	(124.516)
Circulante	129.446	-	(90.024)	-
Não circulante	-	487.305	-	(124.516)
	Contas a receber	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	173.666	(11.965)	(56.976)
Serviços tomados	-	-	(46.735)	-
Pagamentos de serviços tomados	-	-	12.898	-
Serviços prestados	30.621	-	-	-
Variação cambial não realizada	2.140	-	(15.981)	-
Mútuos concedidos	-	165.458	-	-
Mútuos recebidos	-	(8.155)	-	-
Mútuos tomados	-	-	-	(184.663)
Mútuos pagos	-	-	-	18.847
Cessões de débito/crédito para partes relacionadas	-	-	(185.115)	185.115
Movimentação líquida	32.761	157.303	(234.933)	19.299
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.761	330.969	(246.898)	(37.677)
Circulante	32.761	-	(246.898)	-
Não circulante	-	330.969	-	(37.677)

Operações que afetam o resultado dos exercícios:

	2025	2024
Receita operacional líquida		
Stratus Energy B.V. – serviços prestados	49.586	22.586
Custo dos serviços tomados		
Stratus Energy B.V. - afretamento	(62.568)	(28.931)
Resultado financeiro		
Stratus Energy B.V. – variação cambial	(4.356)	(14.371)

O custo com a Stratus Energy B.V. é referente a embarcação Olympia, da qual suas receitas são com o cliente Modec.

Remuneração de diretores e pessoal chave da administração

A GranEnergia possui apenas um diretor estatutário, o qual não possui remuneração paga diretamente pela Companhia.

8 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024
IRPJ a recuperar	12.249	2.614
CSLL a recuperar	4.527	1.141
	16.776	3.755

Após a apuração anual do imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 2025, observou-se recolhimentos mensais a maior durante o exercício, os quais foram classificados como impostos a recuperar e serão compensados com débitos de impostos federais no decorrer do exercício de 2026.

9 Outros impostos a recuperar

	2025	2024
PIS e COFINS a recuperar	649	508
Outros (a)	3.497	1.402
	4.146	1.910

- (a) Composto principalmente pela retenção contratual de INSS sobre as notas fiscais da Petrobrás do Consórcio GC Operações.

10 Aplicação financeira

	2025	2024
Aplicação financeira	19.108	-
	19.108	-

A aplicação financeira CDB pós fixada a 100% do CDI, classificada no ativo não circulante, pois foi dada em garantia das debêntures emitidas pela GranEnergia Investimentos S.A. conforme descrito na nota explicativa nº 11.

11 Empréstimos

	Encargos	Vencimento	2025	2024
Banco Daycoval (a)	1,52% a.m.	10.01.2025	-	18.699
Banco Daycoval (b)	9,46% a.a.	01.04.2026	3.824	15.393
Debêntures “GREI11” (c)	9,25% a.a.	25.09.2027	120.392	-
			124.216	34.092
Circulante			69.547	28.364
Não circulante			54.669	5.728

- (a) Empréstimo de capital de giro de curto prazo, tomado em moeda nacional, o qual foi liquidado em seu vencimento.
- (b) Antecipação de 50% dos contratos de cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios da Petrobras para o contrato da GC Operações, tendo como devedores solidários a própria Companhia e Camorim. A captação foi atrelada ao dólar e possui impacto de variação cambial mensal.
- (c) Debêntures emitidas em 05 de dezembro de 2025, atrelada ao dólar, com amortização mensal e vencimento final em 25 de setembro de 2027.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades financiamento, as quais podem ou não impactar o caixa da Companhia.

	Empréstimos e financiamentos
<i>Em milhares de Reais</i>	
Saldo em 1º de janeiro de 2025	34.092
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação de empréstimos	140.175
Pagamento de principal de empréstimos	(50.571)
Pagamento de juros de empréstimos	(3.126)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	86.478
Outras variações	
Variação cambial	522
Juros sobre empréstimos	3.124
Total das outras variações	3.646
Saldo em 31 de dezembro de 2025	124.216

<i>Em milhares de Reais</i>	Empréstimos e financiamentos
	-
Saldo em 1º de janeiro de 2024	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	35.163
Captação de empréstimos	(2.314)
Pagamento de principal de empréstimos	(552)
Pagamento de juros de empréstimos	32.297
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	
Outras variações	
Variação cambial	1.286
Juros sobre empréstimos	509
Total das outras variações	1.795
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.092

Cláusula restritiva (covenants)

As debêntures contém cláusulas contratuais restritivas financeiras serem mensuradas apenas para a data base 31 de dezembro de 2026 em conjunto com a parte relacionada Venus Shipping B.V., garantidora da operação:

- Índice de Alavancagem seja menor ou igual a 3,25, sendo tal índice calculado considerando a razão entre Dívida Líquida e EBITDA; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida seja maior ou igual 1,50.

Existem também cláusulas contratuais restritivas não financeiras que estabelecem diversas obrigações, as quais a Diretoria Executiva entende que não houve descumprimento durante o exercício de 2025 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

12 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	<u>53.886</u>	<u>13.782</u>
	<u>53.886</u>	<u>13.782</u>
Circulante	51.661	13.782
Não circulante	2.225	-

Valores a pagar principalmente a compra de materiais e contratação de serviços de fornecedores terceiros para atendimento as operações das embarcações. O aumento do saldo a pagar em 2025 deve-se aos gastos necessários para revitalização da Reliance, nova embarcação adquirida pelo Grupo, além dos gastos necessários para realização de *dry docking* e mobilização da embarcação Olympia.

13 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2025	2024
Imposto de renda	14.571	8.119
Contribuição social	<u>5.608</u>	<u>2.964</u>
	<u>20.179</u>	<u>11.083</u>
Circulante	2.846	348
Não circulante	17.333	10.735

Todo o saldo de imposto de renda e contribuição a pagar estão incluídos em plano de parcelamentos com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Os planos foram devidamente homologados perante os órgãos reguladores.

14 Obrigações tributárias

	2025	2024
ICMS a recolher	3.101	1.530
ISS a recolher	1.810	2.447
PIS e COFINS a recolher (a)	56.480	53.167
Outros impostos federais a recolher	<u>9.940</u>	<u>7.858</u>
	<u>71.331</u>	<u>65.002</u>
Circulante	15.602	9.949
Não circulante	55.729	55.053

O saldo de PIS e COFINS a recolher estão incluídos em plano de parcelamentos com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Os planos foram devidamente homologados perante os órgãos reguladores.

15 Provisão para contingências

	2025	2024
Provisão para contingências	<u>562</u>	<u>-</u>
	<u>562</u>	<u>-</u>

A provisão para contingências refere-se a processos com risco de perda provável, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais. Em 2025, o saldo de R\$ 562 é integralmente de natureza trabalhista. Adicionalmente, a Companhia possui contingências classificadas como perda possível no montante de R\$ 1.714 em 2025 (R\$ 1.629 em 2024), sendo R\$ 1.199 trabalhista (R\$ 1.310 em 2024), R\$ 506 tributária (R\$ 319 em 2024) e R\$ 9 administrativa, para as quais não há provisão constituída.

16 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 235.659 (R\$ 87.288 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 87.287.998 (oitenta e sete milhões e duzentos e oitenta e sete e novecentos e noventa e oito ações ordinárias), totalmente subscritas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro	Capital subscrito e integralizado	
	2025	2024
Acionistas		
Stratus Energy B.V.	235.659	87.288
	235.659	87.288

Em 22 de dezembro de 2025, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Stratus Energy B.V. realizou aumento de capital de R\$ 148.371 com créditos do saldo a pagar que existia entre as partes.

17 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta de serviços - mercado interno	205.532	83.876
Receita bruta de serviços - mercado externo	49.586	22.586
Deduções		
(-) Cofins	(15.620)	(6.375)
(-) Pis	(3.391)	(1.384)
(-) ISS	(5.677)	(1.583)
Receita operacional líquida (a)	230.430	97.120

- (a) O aumento da receita foi em virtude da transferência dos contratos operacionais da Gran Energies S.A. para a GranEnergia a partir de fevereiro de 2024 e a composição dos 50% do consórcio GC Operações, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

18 Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Serviços tomados	(94.206)	(61.417)
Pessoal	(47.952)	(20.773)
Materiais	(6.795)	(2.363)
Viagens	(1.371)	(387)
Custo dos serviços prestados (a)	(150.324)	(84.940)

- (a) O aumento dos custos devido à transferência dos contratos operacionais citada na nota explicativa nº 17.

19 Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas de pessoal (a)	(14.148)	(6.521)
Serviços de terceiros (b)	(6.995)	(2.994)
Despesas com viagens	(749)	(69)
Outras despesas (c)	<u>(2.120)</u>	<u>(869)</u>
Despesas administrativas (a)	<u>(24.012)</u>	<u>(10.453)</u>

(a) O aumento dos custos devido à transferência dos contratos operacionais citada na nota explicativa nº 1.

20 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3.264)	(21)
I.O.F.	(1.770)	(113)
Encargos sobre empréstimos	(2.404)	(799)
Variação cambial (b)	(24.275)	(21.124)
Juros e multas (a)	(13.367)	(9.613)
Outras despesas financeiras	<u>(874)</u>	<u>(138)</u>
	<u>(45.954)</u>	<u>(31.808)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.237	130
Descontos obtidos	8	52
Variação cambial (b)	27.667	5.467
Outras receitas financeiras	<u>1.181</u>	<u>563</u>
	31.093	6.212
Resultado financeiro líquido	<u>(14.861)</u>	<u>(25.596)</u>

- (a) Em 2025 e 2024, os juros e multas referem-se principalmente a atualização de encargos financeiros sobre os parcelamentos de impostos.
- (b) Variação cambial sobre instrumentos financeiros atrelados ao dólar. A exposição cambial está demonstrada na nota explicativa nº 22.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício e conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e efetiva do imposto sobre a renda e da contribuição social do exercício de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	41.316	(23.869)
Alíquota nominal combinada - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(14.047)	8.115
Movimentações permanentes	(50)	(140)
Movimentações temporárias	3.817	(6.363)
Prejuízo fiscal acumulado anteriormente não reconhecido	5.332	-
Utilização de prejuízo fiscal acumulado	1.569	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.379)	1.612
Alíquota efetiva	8,18%	(6,75)%

O saldo de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2025 na Companhia é de R\$ 39.989 (R\$ 44.357 em 31 de dezembro de 2024) que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Deste montante, a Companhia reconheceu R\$ 5.332 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos em exercícios anteriores. Este saldo foi reconhecido em base à expectativa de lucros tributáveis futuros.

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme classificação do quadro abaixo. O valor contábil dos instrumentos financeiros são aproximações razoáveis de seus valores justos, a menos quando indicado diferente. A Companhia não detém instrumentos financeiros registrados a valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros	Classificação contábil	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	28.817	33.507
Contas a receber de terceiros	Custo amortizado	4.770	28.654
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	129.446	32.761
Empréstimos concedidos a terceiros	Custo amortizado	6.660	5.822
Aplicação financeira	Custo amortizado	19.108	-
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	487.305	330.969
Passivos			
Fornecedores	Custo amortizado	53.886	13.782
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	90.024	246.898
Empréstimos	Custo amortizado	124.216	34.092
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	124.516	37.677

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos que através de uma avaliação periódica para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente do contas a receber de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar sua proposta financeira e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e referências bancárias.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

A Companhia atua de forma coordenada com visão integrada de sua gestão de caixa visando cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimento dos passivos financeiros:

2025	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	53.886	51.661	-	2.225
Empréstimo	124.216	34.774	34.773	54.669
Contas a pagar com partes relacionadas	90.024	90.024	-	-
Mútuo com partes relacionadas	124.516	-	-	124.516
Outras contas a pagar	82	82	-	-
	<u>392.724</u>	<u>176.541</u>	<u>34.773</u>	<u>181.410</u>
2024	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	13.782	13.782	-	-
Empréstimo	34.092	23.532	4.832	5.728
Contas a pagar com partes relacionadas	246.898	246.898	-	-
Mútuo com partes relacionadas	37.677	-	-	37.677
Outras contas a pagar	553	553	-	-
	<u>333.002</u>	<u>284.765</u>	<u>4.832</u>	<u>43.405</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como o efeito que as taxas de câmbio têm no resultado da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

Os ativos e passivos expostos à variação cambial do Dólar Americano estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Contas a receber com partes relacionadas	129.446	32.761
Contas a pagar com partes relacionadas	(89.895)	(246.898)
Empréstimos	(124.216)	(15.393)
Total	(84.665)	(229.530)

Análises de sensibilidade

A análise de sensibilidade sobre as taxas de câmbio com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir, considerando a variação da cotação do dólar para conversão em 31 de dezembro de 2025, que foi de R\$ 5,5024 (R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024) por US\$ 1,00

(Um Dólar Americano):

Exposição sobre taxas de câmbio	Saldo contábil em 2025	25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos	(84.665)	(21.166)	(42.333)	21.166	42.333
Impacto no resultado		(21.166)	(42.333)	21.166	42.333

Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio, além de monitorar o retorno de capital.

23 Eventos subsequentes

Em 05 de maio de 2026, o Consórcio GC Operações Marítimas celebrou aditivo contratual junto à Petrobrás, referente à operação da embarcação Polaris, prorrogando o prazo contratual por mais 730 dias.

Em 07 de abril de 2026, foi celebrado o aditivo ao contrato de cessão de crédito entre a GranEnergia e Stratus, estabelecendo o vencimento do mútuo para 31 de março de 2027, com incidência de juros de 9,25% ao ano iniciando em 1º de julho de 2026.

* * *